



JUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE

Simulado Final **TCE GO**

Analista de Controle Externo
Controle Externo
Pós-Edital

Simulado Especial

Simulado TCE GO – Analista de Controle Externo

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TCE GO;
- 2 – A prova contém **100 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com as alternativas.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TCE-GO-29-10>

01 – A B C D E	31 – A B C D E	61 – A B C D E	091 – A B C D E
02 – A B C D E	32 – A B C D E	62 – A B C D E	092 – A B C D E
03 – A B C D E	33 – A B C D E	63 – A B C D E	093 – A B C D E
04 – A B C D E	34 – A B C D E	64 – A B C D E	094 – A B C D E
05 – A B C D E	35 – A B C D E	65 – A B C D E	095 – A B C D E
06 – A B C D E	36 – A B C D E	66 – A B C D E	096 – A B C D E
07 – A B C D E	37 – A B C D E	67 – A B C D E	097 – A B C D E
08 – A B C D E	38 – A B C D E	68 – A B C D E	098 – A B C D E
09 – A B C D E	39 – A B C D E	69 – A B C D E	099 – A B C D E
10 – A B C D E	40 – A B C D E	70 – A B C D E	100 – A B C D E
11 – A B C D E	41 – A B C D E	71 – A B C D E	
12 – A B C D E	42 – A B C D E	72 – A B C D E	
13 – A B C D E	43 – A B C D E	73 – A B C D E	
14 – A B C D E	44 – A B C D E	74 – A B C D E	
15 – A B C D E	45 – A B C D E	75 – A B C D E	
16 – A B C D E	46 – A B C D E	76 – A B C D E	
17 – A B C D E	47 – A B C D E	77 – A B C D E	
18 – A B C D E	48 – A B C D E	78 – A B C D E	
19 – A B C D E	49 – A B C D E	79 – A B C D E	
20 – A B C D E	50 – A B C D E	80 – A B C D E	
21 – A B C D E	51 – A B C D E	081 – A B C D E	
22 – A B C D E	52 – A B C D E	082 – A B C D E	
23 – A B C D E	53 – A B C D E	083 – A B C D E	
24 – A B C D E	54 – A B C D E	084 – A B C D E	
25 – A B C D E	55 – A B C D E	085 – A B C D E	
26 – A B C D E	56 – A B C D E	086 – A B C D E	
27 – A B C D E	57 – A B C D E	087 – A B C D E	
28 – A B C D E	58 – A B C D E	088 – A B C D E	
29 – A B C D E	59 – A B C D E	089 – A B C D E	
30 – A B C D E	60 – A B C D E	090 – A B C D E	

LÍNGUA PORTUGUESA

Janaina Arruda

Texto I**Os cursinhos correm para mudar**

Camila Pereira e Renata Betti

Os cursinhos que, há seis décadas, preparam os estudantes para o velho vestibular estão diante de um duro desafio: reformular rapidamente seus negócios para adaptar-se ao novo ENEM, prova feita pelo Ministério da Educação (MEC) que, já neste ano, substituirá o vestibular em mais de 500 universidades brasileiras. Para a maioria, as mudanças vão implicar uma verdadeira transformação em duas frentes essenciais do negócio: a produção de material didático e o treinamento dos professores. Juntas, elas representam até 40% dos custos fixos de um cursinho. As adaptações, não há dúvida, vão encarecer ainda mais essa conta. Um grupo como o Objetivo, dono de uma das cinco maiores redes de cursinhos do país, calcula que terá de desembolsar neste ano 10% além do previsto por causa do novo ENEM, uma prova mais voltada para o raciocínio lógico, com questões que entrelaçam diferentes áreas do conhecimento, e menos para a memorização de uma vasta quantidade de conteúdos e fórmulas, como ainda ocorre no vestibular. Outros cursinhos se viram forçados a recrutar dezenas de pessoas para reescrever as apostilas e treinar os professores de modo que consigam preparar os alunos para resolver a nova prova – caso do COC, um dos cinco maiores do setor. "Estamos reformulando nosso sistema de ensino", resume o diretor Tadeu Terra. "Quem não fizer isso será engolido."

Um grande complicador é o tempo exíguo para executar tamanha mudança. Normalmente, um processo como esse – que requer uma reestruturação do plano pedagógico – consome mais de um ano. Como só restam cinco meses até a aplicação da prova e os alunos ainda precisam ser treinados para ela, será necessário fazer o mesmo até julho, em apenas três meses. O prazo curto vai exigir um aumento na carga horária das aulas, para que todo o conteúdo seja passado a tempo. Nessa corrida, levam vantagem aqueles cursinhos que já haviam começado a se reformular antes de o MEC anunciar o novo sistema. "Estamos nessa direção há cinco anos", diz Carlos Eduardo Bindi, diretor da rede Etapa. Ele e outros, como o próprio COC, miravam, na realidade, o velho ENEM, que já é adotado na admissão a cerca de 500 faculdades do país. Também se adaptavam a vestibulares como o da Unicamp, menos afeito à decoreba. Como ambos os exames mantêm semelhanças com o novo ENEM (ao menos conceitualmente, uma vez que falta ao MEC divulgar muitos detalhes sobre a prova), quem já ajustava sua linha pedagógica ficou em situação mais confortável. Diz o consultor Mateus Prado: "Esses são os

cursinhos mais bem posicionados para ganhar terreno". Eles estão em melhores condições para brigar por alunos num mercado que é extremamente sensível à novidade. "Para um cursinho prosperar, deve dispor de capacidade para empreender mudanças radicais rapidamente", sintetiza Prado.

No atual cenário, as grandes redes, por uma questão logística, estão mais bem posicionadas para se ajustar à nova realidade. As cinco maiores, com cursinhos esparramados pelo país inteiro, possuem gráfica própria, nas quais o cronograma de impressão já é mensal. Somando-se todo o material produzido numa dessas gráficas por mês, chega-se a meio milhão de apostilas. Os cursinhos menores, que não contam com tal estrutura, recebem o material apenas uma vez por ano. Sem escala para a impressão, não seria economicamente viável fazê-lo mensalmente. "Só vai dar para adaptar nosso material em 2010", admite Jorge Curvelo, diretor do Quanta, cursinho de 250 alunos em Salvador.

Outro fator que pesa em favor dos grandes é o fato de não dependerem de um negócio só. Além de escolas e faculdades, tais grupos ganham muito dinheiro com a venda do que é conhecido no mercado como "pacote pedagógico". Entenda-se por isso material didático, treinamento de professores e consultorias prestadas a cursinhos menores, negócio que já supera a receita proveniente das próprias matrículas. Na prática, significa que, ainda que o lucro com os cursinhos encolha por ora, uma vez que precisarão desembolsar mais dinheiro para dar conta das mudanças, os grandes grupos apresentam condições bastante favoráveis para superar esse momento. Mais capitalizados, podem, por exemplo, bancar a decisão de não repassar o prejuízo para as mensalidades – o que periga acontecer com os concorrentes. Diz Jorge Curvelo, do Quanta, que faz coro com donos de cursinhos médios e pequenos: "A verdade é que estamos com medo de ser extintos". (...)

(Veja, 29 abr. 2009.)

01. Esse texto analisa:

- a) As provas que serão realizadas pelo ENEM.
- b) A qualidade dos materiais produzidos pelos cursinhos.
- c) A exigência de contratação imediata de professores em cursinhos.
- d) Os recursos doados pelos cursinhos para a realização do ENEM.
- e) A preocupação dos cursinhos para reformular rapidamente seus negócios para adaptar-se ao novo ENEM.

02. No trecho "**Quem não fizer isso será engolido**" refere-se a:

- a) Preparar-se para o vestibular.
- b) Contratar pessoas preparar a prova de raciocínio lógico.
- c) Reformular o sistema de ensino.
- d) Forçar os cursinhos a contratar mais profissionais.
- e) Escrever mais apostilas e materiais didáticos.

03. Com relação ao texto é INCORRETO afirmar:

- a) A construção **não há dúvida** indica um posicionamento do autor em relação ao conteúdo a ser trabalhado.
- b) O termo **Um grande complicador** refere-se ao curto tempo para realizar a adaptação ao novo método.
- c) Ao citar **ambos os exames mantêm semelhanças** o autor refere-se ao velho ENEM e vestibulares como o da Unicamp.
- d) **Outro fator** refere-se ao fato de tais grupos ganharem muito dinheiro com a venda do que é conhecido no mercado como "pacote pedagógico".
- e) **Juntas** retoma a construção 500 universidades brasileiras.

04. Assinale a alternativa em que a reescrita mantém a correção gramatical e o sentido do seguinte período:

Na prática, significa que, ainda que o lucro com os cursinhos encolha por ora, uma vez que precisarão desembolsar mais dinheiro para dar conta das mudanças, os grandes grupos apresentam condições bastante favoráveis para superar esse momento.

- a) Na prática, significa que, embora o lucro com os cursinhos encolha por ora, visto que precisarão desembolsar mais dinheiro para dar conta das mudanças, os grandes grupos apresentam condições bastante favoráveis para superar esse momento.
- b) Na prática, significa que, todavia o lucro com os cursinhos encolha por ora, ainda que precisarão desembolsar mais dinheiro para dar conta das mudanças, os grandes grupos apresentam condições bastante favoráveis para superar esse momento.
- c) Na prática, significa que, contudo o lucro com os cursinhos encolha por ora, desde que precisarão desembolsar mais dinheiro para dar conta das mudanças, os grandes grupos apresentam condições bastante favoráveis para superar esse momento.
- d) Na prática, significa que, se o lucro com os cursinhos encolha por ora, já que precisarão desembolsar mais dinheiro para dar conta das mudanças, os grandes grupos apresentam condições bastante favoráveis para superar esse momento.
- e) Na prática, significa que, desde que o lucro com os cursinhos encolha por ora, posto que precisarão desembolsar mais dinheiro para dar conta das mudanças, os grandes grupos apresentam condições bastante favoráveis para superar esse momento.

05. No trecho "Para um cursinho prosperar, deve dispor de capacidade para empreender mudanças radicais rapidamente" o uso de aspas é justificado para:

- a) Dar ênfase ao assunto principal.
- b) Indicar a fala de uma pessoa.
- c) Salientar a gravidade do problema.
- d) Exemplificar as condições para os cursinhos brigarem por alunos.
- e) Marcar o uso do termo em sentido figurado.

06. No segundo parágrafo, no trecho Nessa corrida, levam vantagem aqueles cursinhos que já haviam começado a se reformular antes de o MEC anunciar o novo sistema, o pronome em destaque retoma por coesão o seguinte termo:

- a) Aqueles
- b) Corrida
- c) Cursinhos
- d) Sistema
- e) MEC

Comentários na Internet são “descarrego de ódio”, dizem psicólogos

Se você busca debates saudáveis, opiniões ponderadas e críticas construtivas, não entre nos comentários de notícias e posts na Internet. Os itens acima são coisa rara no meio do mais puro “ódio.com”.

“É um canal de escape emocional 24 horas no ar. Se a emoção é forte, eu descarrego um caminhão de sentimentos nos comentários”, afirma Andréa Jotta, pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Psicologia em Informática da PUC-SP. “O problema é que a Internet deixa aquilo eterno. Você pode mudar de opinião, mas aquilo fica registrado e pode te prejudicar no futuro”, completa.

Dez anos atrás se popularizou o conceito de “Web 2.0”, e os sites noticiosos abriram espaço para os internautas opinarem sobre as reportagens. A ideia original era tornar os portais de notícia “uma rua de mão dupla”. Na prática, o espaço virou um congestionamento de palavrões, ameaças e preconceitos.

“A tecnologia da internet fez explodir a demanda social da catarse. As opiniões são sempre radicais, explosivas”, opina o psicólogo Jacob Pinheiro Goldberg. “A lógica binária da internet estimula a visão maniqueísta do mundo: ou você é contra ou a favor. A sutileza não é o traço essencial da internet”, argumenta.

A interatividade acabou gerando duas crias indesejadas: os “trolls” e os “haters”. O primeiro é um polemista que se diverte com a repercussão de suas “troladas”, gíria para opiniões descabidas e zombeteiras só publicadas para gerar revolta nos outros internautas.

Já os “haters” são acusadores que distribuem sua fúria contra times, partidos, religiões, raças, gêneros, opções sexuais, gostos musicais e o que tiver em pauta.

(Rodrigo Bertolotto, disponível em

<http://tecnologia.uol.com.br/noticias/redacao/2015/08/13/botao-de-comentario-vira-descarrego-de-odio-dizempsicologos.htm>, 13/08/2015)

07. De acordo com o texto,

- a) A internet possibilitou os debates e isso contribuiu para “uma rua de mão dupla”.
- b) A interatividade permitiu opiniões descabidas e zombeteiras só publicadas para gerar revolta nos outros internautas.
- c) Os “trolls” são acusadores que distribuem sua fúria contra times, partidos, religiões, raças, gêneros, opções sexuais, gostos musicais e o que tiver em pauta.
- d) Os “haters” é um polemista que se diverte com a repercussão de suas “troladas”, gíria para opiniões.
- e) Com o surgimento da “Web 2.0”, os sites noticiosos abriram espaço para os internautas opinarem sobre as reportagens e, ao contrário do que pensavam seus criadores, o espaço virou um congestionamento de palavrões, ameaças e preconceitos.

08. Em relação ao gênero textual, pode-se dizer que se trata de:

- a) Uma crônica.
- b) Um texto injuntivo.
- c) Um texto informativo.
- d) Um texto técnico.
- e) Um texto narrativo.

09. O termo “**ódio.com**” pode ser compreendido como:

- a) Os comentários realizados na internet como forma de escape emocional.
- b) Aos debates realizados no ambiente virtual.
- c) As publicações presentes nas redes sociais.
- d) A criação da Web 2.0 que fez aumentar os comentários críticos.
- e) A interatividade criada nas redes sociais.

"Parece-me que a pergunta que precisa ser feita, no tempo e espaço do Brasil atual, e nesta Curitiba que habitamos, é _____ determinadas pessoas sentem-se tão ameaçadas pelo direito de outras: de existir e de ter visibilidade, reconhecimento, dignidade."

10. No período acima, indique qual a alternativa que corresponde ao espaço a ser preenchido:

- a) Porquê
- b) Porque
- c) Por quê
- d) Por que
- e) Porquês

11. Em relação à pontuação, marque a alternativa correta:

- a) O governo, anunciou no início deste ano, que não pretende mais fazer repasses à CDE – um fundo do setor por meio do qual são realizadas ações públicas – em 2015 antes estimados em R\$ 9 bilhões.
- b) O governo anunciou no início deste ano, que não pretende mais fazer repasses à CDE – um fundo do setor por meio do qual são realizadas, ações públicas – em 2015, antes estimados em R\$ 9 bilhões.
- c) O governo anunciou, no início deste ano que não pretende mais fazer repasses à CDE – um fundo, do setor por meio do qual, são realizadas ações públicas – em 2015, antes estimados em R\$ 9 bilhões.
- d) O governo anunciou, no início deste ano, que não pretende mais fazer repasses à CDE – um fundo do setor por meio do qual são realizadas ações públicas – em 2015, antes estimados em R\$ 9 bilhões..
- e) O governo, anunciou, no início, deste ano que não pretende mais fazer repasses à CDE – um fundo do setor por meio do qual são realizadas ações públicas – em 2015, antes estimados em R\$ 9 bilhões.

12. Em relação à acentuação gráfica, indique a alternativa em que os termos são acentuados pela mesma justificativa:

- a) Lógica e fúria
- b) Núcleo e críticas
- c) Você e gêneros
- d) Só e prática
- e) Notícia e fúria

"Em primeiro lugar, sobre o uso do termo "ideologia", conceito básico das ciências sociais: ideologia todos temos. "Ideologia de gênero" também. Ou _____ conservadora e convencional, ou _____ crítica ou radical. Mais machista, ou mais feminista, se quiser. O maior problema de empregar o termo "ideologia de gênero" só para feministas ou para quem critica as concepções dominantes é que isso escamoteia toda uma discussão epistemológica sobre ponto de vista, _____ a possibilidade de objetividade e como as subjetividades influenciam nesta; além disso, diga-se de passagem, parece facilitar que se atribua a característica de quem está "do lado da (verdadeira) ciência" – a um grupo que inclui, neste caso muito curioso, muitas pessoas que _____ mais afinidade com o criacionismo do que com a teoria da evolução."

13. A partir do texto acima, indique a alternativa que completa as lacunas:

- a) Mas, mais, sobre, tem
- b) Mais, mais, sob, têm
- c) Mais, mais, sobre, têm
- d) Mas, mas, sob, têm
- e) Mas, mais, sob, tem

***"Entretanto,** também contribui para o aumento de custos no setor elétrico o plano anunciado pelo governo ao final de 2012 e que levou à redução das contas de luz em 20%."*

14. No trecho acima, o termo em destaque poderia ser substituído sem prejuízo por:

- a) Embora
- b) Conquanto
- c) Desde que
- d) Todavia
- e) Mas

Texto III

Anísio Spínola Teixeira nasceu no dia 12 de julho de 1900, em Caetité – BA, onde passou os primeiros anos de vida sob os cuidados da mãe, Anna Spínola Teixeira.

O pai, Deocleciano Pires Teixeira, sonhava que o filho fosse político e o mandou estudar no Rio de Janeiro. Anísio diplomou-se na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro em 1922.

Como educador, Teixeira viajou para a Europa e os Estados Unidos da América para observar os sistemas escolares. No Brasil, defendeu o conceito de escola única, pública e gratuita como forma de garantir a democracia e foi o primeiro a tratar a educação com base filosófica.

Instituiu na Bahia, em 1950, a primeira escola-parque, que procurava oferecer à criança uma escola integral, que cuidasse da alimentação, da higiene, da socialização, além do preparo para o trabalho. Nas escolas-parques, os alunos ainda tinham contato com as artes plásticas. Naquela época, essas aulas eram orientadas por profissionais de renome, como Caribé e Mário Cravo.

Sempre brigou pela democracia na educação. Publicou vários livros defendendo a educação e a cultura para todos. Foi um dos fundadores da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Universidade de Brasília (UnB), da qual foi reitor em 1963.

Candidatou-se à Academia Brasileira de Letras, em 1971, mas faleceu antes da eleição, ao cair no poço do elevador de seu prédio, em 11 de março de 1971, quando saía para visitar Aurélio Buarque de Holanda.

Internet: (com adaptações)

15. De acordo com o texto:

- a) No século XVIII, Anísio instituiu a primeira escola-parque na Bahia.
- b) Como seus predecessores, Anísio tratou da educação com base filosófica.
- c) Anísio era defensor da educação e da cultura e lutou pela democratização da educação.
- d) Anísio faleceu no mesmo ano em que entrou para a academia brasileira de letras.
- e) Anísio defendeu seu viés político na Europa e nos Estados Unidos.

16. Conforme o texto, Anísio Spínola Teixeira foi

- a) político
- b) defensor público
- c) filósofo
- d) educador
- e) diplomata

17. Como defensor da educação, Anísio Spínola Teixeira deseja garantir a democracia por meio

- a) da educação com base filosófica e educação básica
- b) de profissionais de renome como Caribé e Mário Cravo
- c) de sua candidatura à Academia Brasileira de Letras
- d) da publicação de livros filosóficos e sociais
- e) do conceito da escola única, pública e gratuita

18. Cada uma das opções a seguir apresenta uma proposta de reescrita que altera o seguinte trecho do texto: “No Brasil, defendeu o conceito de escola única, pública e gratuita como forma de garantir a democracia e foi o primeiro a tratar a educação com base filosófica.”. Assinale a opção em que a proposta apresentada mantém a correção e os sentidos originais do texto.

- a) No Brasil, defendeu-se o conceito de escola única, pública e gratuita como garantidora da democracia e foi-se o primeiro a tratar a educação com base filosófica
- b) Defendeu, no Brasil, o conceito de escola única, pública e gratuita como modo de afiançar a democracia e foi o primeiro a tratar a educação com base filosófica.
- c) No Brasil, defendeu, o conceito de escola única, pública, gratuita como forma de assegurar a democracia e foi o único a tratar a educação com base filosófica
- d) Defendeu o conceito de escola única, pública e gratuita como mecanismo fomentador da democracia e foi o primeiro a nomear à educação com base filosófica.
- e) No Brasil, defendeu o conceito de escola única, pública e gratuita como maneira de garantir a democracia e foi o único a tratar a educação com base filosófica

19. O trecho “ao cair no poço do elevador de seu prédio, em 11 de março de 1971” expressa uma relação de

- a) comparação
- b) oposição
- c) consequência
- d) modo
- e) tempo

20. O vocábulo “eleição” tem como correspondente de significado o termo

- a) sufrágio
- b) destituição
- c) desaplicação
- d) exautoração
- e) abnegação

21. No trecho “Anísio diplomou-se na Faculdade de Direito da Universidade do Rio 7 de Janeiro em 1922”, a palavra SE pode ser classificada como

- a) parte integrante do verbo
- b) partícula apassivadora
- c) índice de indeterminação
- d) partícula expletiva
- e) pronome reflexivo

22. No trecho: Instituiu na Bahia, em 1950, a primeira escola-parque, que procurava oferecer à criança uma escola integral, que cuidasse da alimentação, da higiene, da socialização, além do preparo para o trabalho” a palavra que retoma, nas duas ocorrências, o termo:

- a) escola
- b) criança
- c) escola integral
- d) escola-parque
- e) Bahia

23. A segunda vírgula presente em “Naquela época, essas aulas eram orientadas por profissionais de renome, como Caribé e Mário Cravo” tem como função

- a) isolar um vocativo
- b) separar um aposto
- c) isolar uma explicação
- d) isolar um adjunto de companhia
- e) isolar uma comparação

24. No trecho “Como educador, Teixeira viajou para a Europa e os Estados Unidos da América para observar os sistemas escolares” o verbo em destaque pode ser substituído, mantendo o sentido do texto por

- a) viajava
- b) viajara
- c) viajaria
- d) viajará
- e) viaja

25. O trecho “Naquela época, essas aulas eram orientadas por profissionais de renome” os verbos destacados poderiam ser reescritos na voz ativa como:

- a) orientaram
- b) orientavam
- c) orientassem
- d) orientam
- e) orientariam

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

26. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, EXCETO:

- a) licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.
- b) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 6 (seis) anos de idade em creches e pré-escolas.
- c) repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.
- d) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
- e) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

27. No que tange aos direitos políticos previstos na Constituição Federal de 1988, marque o item correto.

- a) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos, os maiores de sessenta e cinco anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- b) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até um ano antes do pleito.
- c) As manifestações favoráveis e contrárias às questões submetidas às consultas populares ocorrerão durante as campanhas eleitorais, sem a utilização de propaganda gratuita no rádio e na televisão.
- d) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- e) A idade mínima exigida para se candidatar ao cargo de Governador é de trinta e cinco anos.

28. De acordo com a Constituição Federal, no caso do ICMS, é facultado ao Senado Federal estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução aprovada com o quórum mínimo de:

- a) um terço dos presentes na sessão.
- b) dois terços de seus membros.
- c) Três quintos de seus membros.
- d) maioria absoluta de seus membros.
- e) maioria dos presentes na sessão.

29. A respeito dos impostos dos Estados e do Distrito Federal, assinale a afirmativa incorreta.

- a) Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre a transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos.
- b) O imposto sobre a propriedade de veículos automotores poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização.
- c) Cabe à lei complementar regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.
- d) O imposto sobre a propriedade de veículos automotores terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.
- e) Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

30. Quanto às finanças públicas e suas disposições constitucionais, assinale a opção correta.

- a) A Lei Orçamentária Anual é peça que contém a previsão de receitas e a fixação das despesas públicas para um exercício financeiro, além de dispor acerca de alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- b) O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- c) O plano plurianual deve espelhar o planejamento das atividades governamentais, estabelecendo, de forma nacional, as diretrizes, objetivos e metas da Administração.
- d) A Lei de Diretrizes Orçamentárias deve conter o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas em que a União detém, apenas diretamente, a maioria do capital social e o orçamento da seguridade social.
- e) O princípio da exclusividade impede que a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o plano plurianual contenham dispositivos estranhos à previsão da receita e à fixação da despesa, excetuando-se a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito.

31. De acordo com as disposições contidas na Constituição Federal, legislar sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico, é competência:

- a) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- b) privativa da União.
- c) exclusiva dos Estados.
- d) concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- e) exclusiva da União.

32. Assinale a alternativa que NÃO corresponde a um dos princípios da atividade econômica:

- a) função social da propriedade;
- b) tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras ou estrangeiras que tenham filial no País.
- c) defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;
- d) redução das desigualdades regionais e sociais;
- e) defesa do consumidor.

33. Acerca do processo legislativo, analise os itens abaixo.

- I. As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta.
- II. A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de dois décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- III. É permitida a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

Analise os itens acima e assinale:

- a) se somente o item I estiver correto.
- b) se somente o item II estiver correto.
- c) se somente o item III estiver correto.
- d) se somente os itens I e III estiverem corretos.
- e) se somente os itens II e III estiverem corretos

34. Em relação às disposições gerais relativas ao Poder Judiciário dispostas na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- b) Compete aos juízes federais processar e julgar os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves militares.
- c) O Superior Tribunal Militar compor-se-á de onze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Congresso Nacional, sendo dois dentre oficiais-generais da Marinha, três dentre oficiais-generais do Exército, dois dentre oficiais-generais da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira, e quatro dentre civis.
- d) Aos juízes, é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos no mínimo dois anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- e) Ao Poder Judiciário é assegurada somente a autonomia administrativa.

35. O presidente da República, com o objetivo de conter o crescimento da despesa pública, consultou sua assessoria a respeito do procedimento a ser observado para se extinguir determinado quantitativo de cargos, bem como se poderia delegar essa competência. Foi corretamente informado ao chefe do Poder Executivo que os cargos:

- a) podem ser extintos por decreto, desde que se encontrem vagos, podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- b) em obediência ao princípio da paridade das formas, somente podem ser extintos por lei.
- c) podem ser extintos por decreto e, em se tratando de cargos ocupados, os servidores serão postos em disponibilidade; podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- d) ocupados só podem ser extintos na forma da lei; podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- e) podem ser extintos por decreto, desde que se encontrem vagos, não podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

36. Considerando o que dispõe a Lei de Acesso à Informação, é correto afirmar que:

- a) é de quinze anos o prazo máximo de restrição de acesso a informações classificadas como ultrassecretas.
- b) autenticidade diz respeito à qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.
- c) as informações de interesse público devem ser divulgadas, desde que existente a respectiva solicitação por legitimado ativo.
- d) os pedidos de acesso à informação de interesse público obedecem ao princípio da motivação, sob pena de não serem recebidos.
- e) a negativa de acesso a informação requerida deve ser motivada pelo agente público competente.

37. Assinale a alternativa correta acerca das espécies e classificações dos atos administrativos:

- a) atos enunciativos são aqueles que contêm uma declaração da Administração quanto a um fato ou uma situação, como licenças e autorizações.
- b) atos complexos resultam da manifestação de um único órgão, requerendo a vontade instrumental de outro órgão para se aperfeiçoarem.
- c) atos simples são aqueles que resultam da declaração de vontade de um único órgão, podendo ser singular ou colegiado.
- d) nos atos compostos a manifestação de vontade de dois ou mais órgãos se fundem para formação de um único ato.
- e) atos negociais são marcados pela existência de um alinhamento entre o interesse público e o privado, a exemplo das apostilas.

38. Determinado município goiano decidiu fomentar a participação de entidade privada sem fins lucrativos em projetos de interesse público e recíproco. Publicou, assim, chamamento público com o fito de os interessados apresentarem seus projetos, sendo que, ao final, seria celebrada avença com a entidade vencedora, beneficiária de vultosos recursos financeiros originários dos cofres públicos. Tomando por base o regramento contido na Lei 13.019/2014, a mencionada avença terá forma de:

- a) contrato de gestão.
- b) termo de parceria.
- c) termo de fomento.
- d) termo de colaboração.
- e) acordo de cooperação.

39. Assinale a afirmativa incorreta a respeito da organização da Administração Pública.

- a) A desconcentração é técnica utilizada para distribuir internamente as competências administrativas, ocorrendo exclusivamente dentro de uma mesma pessoa jurídica.
- b) Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) é a qualificação jurídica dada a pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída por iniciativa de particulares, e que recebe delegação do Poder Público, mediante contrato de gestão.
- c) A imunidade tributária recíproca pode ser aplicada a empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos de prestação obrigatória e exclusiva do Estado.
- d) Agência executiva consiste na qualificação dada à autarquia ou fundação que tenha celebrado contrato de gestão com o Poder Público.
- e) O consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.

40. O representante legal do consórcio público deverá ser, nos termos previstos na Lei 11.107/2005, eleito entre:

- a) os Chefes do Poder Executivo dos entes da Federação consorciados.
- b) os Chefes do Poder Legislativo dos entes da Federação consorciados.
- c) os parlamentares mais votados dos entes da Federação consorciados.
- d) os candidatos indicados pelo Poder Legislativo de cada membro do consórcio.
- e) os membros do Poder Judiciário dos entes da Federação consorciados.

41. Como resultado da desconcentração administrativa, são criados órgãos públicos, os quais podem assumir diversas posições hierárquicas. Órgãos previstos no próprio texto constitucional, que não se subordinam a outros entes e cujos titulares são agentes políticos, em regra, são chamados de órgãos

- a) subalternos.
- b) superiores.
- c) independentes.
- d) secundários.
- e) polivalentes.

42. Assinale a alternativa que encontra-se de acordo com a Lei 14.133/2021:

- a) A concorrência, por destinar-se a contratação de objetos de materialidade elevada, não admite a adoção do critério menor preço.
- b) São modalidades de licitação a concorrência, a tomada de preços, o convite, o concurso e o leilão.
- c) O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza intelectual e serviços comuns de engenharia.
- d) A administração optou por contratar leiloeiro oficial para realizar um leilão, sendo possível concluir que, neste caso, a seleção do leiloeiro poderá ser realizada por dispensa de licitação.
- e) Caso não seja possível à Administração definir, com precisão suficiente, as especificações técnicas do objeto a ser licitado, torna-se possível a adoção do diálogo competitivo.

43. Quanto aos recursos no rito procedimental comum da Lei 14.133/2021, é correto afirmar que:

- a) seguem os mesmos preceitos contidos na Lei 8.666/1993.
- b) são apreciados em fase única.
- c) o acolhimento implicará invalidação de todo o processo licitatório.
- d) o exercício do direito de recorrer pode ocorrer a qualquer tempo até a declaração do licitante vencedor.
- e) não é cabível recurso em face de anulação da licitação, dado o poder de autotutela do Estado.

44. De acordo com a Lei 8.429/1992 e suas alterações, assinale a alternativa correta:

- a) Prescreve em 5 anos a pretensão de ressarcimento do Estado, diante de agente que intencionalmente tenha gerado dano ao erário, no exercício de suas funções.
- b) A declaração dos bens e valores que compõem o patrimônio privado do agente público somente será necessária para posse e exercício do agente.
- c) A lei de improbidade administrativa, por apresentar condutas referentes a agentes públicos, pode somente ser aplicada a quem possua essa prerrogativa.
- d) A aprovação de contas pelos órgãos de controle, interno ou externo, não impede a aplicação das sanções previstas na Lei 8.429/1992.
- e) A Lei 8.429/1992 tem por objetivo aplicar sanções a agentes públicos e demais pessoas que pratiquem atos de desonestidade em desfavor da Administração Pública, sejam dolosos ou culposos.

45. Sobre o controle judicial da administração pública no âmbito do Estado de Goiás, assinale a característica correta:

- a) versa tanto sobre aspectos de legalidade como de mérito.
- b) pode resultar no desfazimento de atos discricionários.
- c) independe de provocação.
- d) é exercido sob auxílio do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.
- e) geralmente é realizado ex ante.

DIREITO FINANCEIRO

Vanessa Arns

46. Sobre a independência administrativa e financeira dos poderes Judiciário, Legislativo e Ministério Público, assinale a afirmativa incorreta.

- a) Os poderes Judiciário, Legislativo e o Ministério Público elaboram suas próprias propostas parciais que são encaminhadas ao poder executivo, responsável pelo envio da proposta consolidada ao Legislativo.
- b) Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.
- c) Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.
- d) Se os tribunais não encaminharem as respectivas propostas orçamentárias dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, não receberão os repasses constitucionais a tempo.
- e) Os poderes Judiciário, Legislativo e o Ministério Público elaboram suas próprias propostas parciais que são encaminhadas ao poder executivo, responsável pelo envio da proposta consolidada ao Legislativo.

47. Sobre a renúncia de receitas na Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a afirmativa incorreta.

- a) A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência.
- b) A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.
- c) Uma das possíveis condições é a de que a renúncia deve estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.
- d) Uma das possíveis condições é a de que haja demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias.
- e) A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício seguinte e nos dois posteriores, se for o caso, em que deva iniciar sua vigência.

48. A Emenda Constitucional nº 109 de 15 de março de 2021 (EC nº109/21) reforçou a necessidade de todos os entes federais (União, Estados, Distrito Federal e os Municípios) manterem o controle da dívida pública. Sobre o disposto, assinale a afirmativa incorreta.

- a) Os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, devem realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, na forma da lei.
- b) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem conduzir suas políticas fiscais de forma a manter a dívida pública em níveis sustentáveis
- c) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
- d) A elaboração e a execução de planos e orçamentos devem refletir a compatibilidade dos indicadores fiscais com a sustentabilidade da dívida.
- e) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.

49. Dispor sobre normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos é matéria que, dentre outras, compete à Lei

- a) Geral do Orçamento.
- b) do Plano Plurianual.
- c) de Diretrizes Orçamentárias.
- d) do Orçamento Anual.
- e) de Responsabilidade Fiscal.

50. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete, exceto:

- a) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
- b) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- c) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, incluídas nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- d) realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II.
- e) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.

51. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de, exceto:

- a) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do poder judiciário.
- b) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- c) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
- d) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- e) os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

52. Sobre o controle das finanças públicas, assinale a afirmativa incorreta:

- a) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- b) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.
- c) Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.
- d) O controle da legalidade poderá ser prévio, concomitante ou subsequente
- e) O controle interno, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União

53. Segundo o ordenamento pátrio, um ato normativo que disponha sobre a sustentabilidade da dívida, especificando indicadores de sua apuração, níveis de compatibilidade dos resultados fiscais com a trajetória da dívida, dentre outros assuntos pertinentes, deve ser, necessariamente:

- a) Uma lei ordinária
- b) Uma lei complementar
- c) Uma emenda constitucional
- d) Um decreto presidencial
- e) Um ato regulamentar

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DO ESTADO DE GOÍAS

Gessica Elhe

54. Ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás compete, entre outros,

- I. apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração direta e indireta, incluídas as nomeações para cargo de provimento em comissão
- II. emitir, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do recebimento da solicitação, pronunciamento conclusivo sobre matéria que seja submetida à sua apreciação pela comissão permanente da Assembleia Legislativa
- III. verificada ilegalidade, assinar prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei

Está correto o que consta em

- a) I, II, III
- b) I, apenas.
- c) II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II e III, apenas.

55. O Tribunal de Contas do Estado de Goiás tem jurisdição própria e privativa em todo o território estadual, sobre as pessoas e matérias sujeitas à sua competência. Sobre a jurisdição do Tribunal de Contas do Estado ela abrange, exceto

- a) qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado responda, ou que, em nome deste, assumam obrigações de natureza pecuniária
- b) aqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário
- c) os sucessores dos administradores e responsáveis a que se refere este artigo, até o limite do valor do patrimônio transferido
- d) os dirigentes ou liquidantes das empresas encampadas ou sob intervenção, ou que de qualquer modo venham a integrar, provisória ou permanentemente, o patrimônio do Estado ou de outra entidade pública estadual
- e) os dirigentes ou liquidantes de quaisquer empresas públicas e sociedades de economia mista

56. Integram o Tribunal de Contas do Estado de Goiás, nos termos da Lei nº 16.168/2007 (com alterações posteriores):

- I. Plenário, Câmaras, Presidência, Auditorias.
- II. Ouvidoria Geral, Secretaria de Informática, Secretaria de Fiscalização e Controle.
- III. Corregedoria Geral; Conselheiros, Auditores.
- IV. Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, Serviços Técnicos

Está correto o que consta APENAS em

- a) I e II
- b) I, II, III.
- c) II, III e IV
- d) III e IV
- e) I, II, III e IV

57. Nos termos do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, compete ao presidente

- a) os enunciados da Súmula de Jurisprudência do Tribunal
- b) os Planos de Trabalho e de Fiscalização a serem executados em cada exercício
- c) decidir sobre pedido de sustentação oral
- d) supervisionar a edição da Revista do Tribunal
- e) fiscalizar a atuação e distribuição dos processos

58. Acerca das sessões do Plenário, nos termos do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, é correto afirmar que

- a) as Sessões do Plenário serão Ordinárias e Extraordinárias, e somente poderão ser abertas com quórum mínimo de 3 (três) Conselheiros, incluído o Presidente
- b) para deliberação das matérias de sua competência o Plenário deverá obedecer ao quórum mínimo de 4 (quatro) Conselheiros, incluído o Presidente
- c) para obtenção do quórum, o Presidente convocará até 3 (três) Auditores sempre que não houver número legal
- d) as Sessões Extraordinárias serão, em regra, convocadas pelo Presidente, *ex officio*, ou por proposta de Conselheiro, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas
- e) poderão ser realizadas Sessões Extraordinárias do Plenário, mediante convocação do Presidente, ou de pelo menos 3 (três) Conselheiros

59. A partir do que propõe a Lei n. 13.800 de 2001, que Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado de Goiás, assinale a alternativa correta.

- a) a entidade é a unidade de atuação integrante das estruturas das Administrações direta e indireta
- b) é direito do administrado ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado e ter vista dos mesmos, desde que através de procurador legitimamente constituído
- c) é vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de documentos
- d) em regra, a competência é renunciável por meio da delegação e avocação
- e) Finda a instrução do processo administrativo, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo máximo de quinze dias

60. De acordo com o regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado de Goiás, no que se refere às formas de provimento do cargo público, é correto o que se afirma em:

- a) A nomeação é forma originária de provimento e depende sempre de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos
- b) Readaptação é a investidura do servidor efetivo em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido e se dará sem prejuízo da remuneração ou do subsídio do servidor
- c) A recondução é a reinvestidura do servidor no cargo anteriormente ocupado, ou naquele resultante da respectiva transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial
- d) A readaptação é o retorno à atividade do servidor aposentado por invalidez, quando insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria, dependendo sempre da existência de vaga
- e) O servidor posto em disponibilidade receberá remuneração proporcional ao respectivo tempo de serviço, mas tal período não será considerado como de efetivo exercício para efeito de aposentadoria

ORÇAMENTO PÚBLICO

Vanessa Arns

61. O projeto de lei orçamentária anual deve ser elaborado de forma compatível com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. Além disso, é correto afirmar que

- a) o refinanciamento da dívida pública não constará da lei orçamentária.
- b) a atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias apenas nos casos em que a amortização seja superior a 60 meses.
- c) a lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração inferior a um exercício financeiro.
- d) todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.
- e) serão incluídas na lei orçamentária as despesas do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais, exceto aqueles destinados a benefícios e assistência aos servidores.

62. É exemplo do princípio da universalidade orçamentária o disposto na seguinte alternativa:

- a) a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.
- b) a lei orçamentária compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.
- c) as receitas e despesas constarão da lei orçamentária pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.
- d) a discriminação da despesa deve ser feita, no mínimo, por elementos.
- e) o montante da despesa autorizada em cada exercício financeiro não poderá ser superior ao total de receitas estimadas para o mesmo período.

63. É considerada uma fonte secundária do Direito Financeiro:

- a) Constituição Federal.
- b) Resoluções.
- c) Leis Complementares.
- d) Leis Ordinárias.
- e) Medida Provisória.

64. A Lei de Diretrizes Orçamentárias foi introduzida pela Constituição de 1988 e contou com um importante reforço da Lei de Responsabilidade Fiscal. Segundo a LRF, a LDO deve:

- a) dispor acerca de critérios para equilíbrio entre receitas e despesas.
- b) ser acompanhada das medidas de compensação a renúncias de receita.
- c) ser acompanhada das medidas de compensação ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.
- d) estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública.
- e) incluir demonstrativo do montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro.

65. Considerando-se as fontes do Direito Financeiro, a atividade financeira do Estado obedece a regras específicas contidas em diferentes instrumentos normativos. A respeito dessas regras, é correto afirmar que

- a) estão previstas na Constituição Federal, em leis complementares, em leis ordinárias, em normativos infraconstitucionais e em recomendações dos tribunais de contas.
- b) estão previstas apenas na Constituição Federal, que traz o conjunto suficiente de regras aplicáveis à atividade financeira do Estado.
- c) estão previstas apenas em leis complementares, dada a natureza geral dessas regras.
- d) são decorrência das práticas reiteradas da Administração Pública ao longo dos anos, não se apresentando de forma sistemática em nenhum instrumento jurídico.
- e) seguem apenas as regras estabelecidas por cada ente federativo levando em consideração a sua própria realidade local.

66. Segundo a Lei n. 4.320 de 1964, NÃO integrará ou acompanhará a Lei Orçamentária Anual:

- a) autorização para a alienação de bem imóvel pertencente ao Estado.
- b) sumário geral da receita por fontes e respectiva legislação.
- c) quadro discriminativo da receita por fontes.
- d) quadro das dotações por órgãos do Governo.
- e) quadro demonstrativo da receita.

67. Considerando-se o Direito Financeiro na Constituição de 1988, o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público estão compreendidas na lei

- a) do orçamento anual.
- b) orgânica.
- c) de responsabilidade fiscal.
- d) de diretrizes orçamentárias.
- e) do plano diretor.

68. As leis orçamentárias, como o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais são de iniciativa:

- a) Do Poder Executivo.
- b) Do Senado Federal, tratando-se da União.
- c) Do Poder Judiciário.
- d) Da Câmara de Vereadores, tratando-se dos Municípios.
- e) Dos Tribunais de Contas.

69. Sobre a lei de orçamentos, disciplinada pela Lei 4.320/64, assinale a afirmativa correta.

- a) A Lei de Orçamento compreenderá as principais despesas do governo e da administração centralizada.
- b) A Lei de Orçamento consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras.
- c) Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, com as devidas deduções.
- d) A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para realizar em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa.
- e) A Lei do Orçamento conterá a discriminação das principais receitas e despesas de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do governo.

70. Sobre as receitas públicas, assinale a afirmativa incorreta:

- a) São Receitas de Capital as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.
- b) A receita é classificada nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.
- c) São exemplos de Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial e de serviços.
- d) São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas.
- e) São Receitas de Capital os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado.

CONTROLE EXTERNO

Herbert Almeida

71. Os tribunais de contas exercem um conjunto complexo de funções, buscando proteger o patrimônio e o interesse públicos. Sobre a classificação das funções das cortes de contas, é incorreto afirmar que:

- a) entre outras competências, a função fiscalizatória é exercida pelo Tribunal de Contas da União quando é realizado o exame, para fins de registro, dos atos de admissão de pessoal e da concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão.
- b) o Tribunal de Contas da União exerce a função jurisdicional quando julga as contas dos responsáveis por dano ao erário e quando emite parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.
- c) há funções que podem ser exercidas em conjunto, como a função sancionatória e pedagógica, uma vez que a aplicação de penalidades também tem a função de coibir a prática de novos ilícitos, direcionando os agentes públicos para adoção de condutas regulares.
- d) a Lei de Responsabilidade Fiscal outorga ao TCU diversas atribuições informativas, também denominadas de função de alerta, como ocorre quando a Corte alerta os Poderes e órgãos públicos que os respectivos gastos com pessoal ultrapassaram 90% do limite definido em lei.
- e) a análise sobre despesas supostamente não autorizadas ocorre em conjunto entre o Tribunal de Contas da União e o Poder Legislativo, momento em que o Tribunal exerce a sua função consultiva, ao emitir o parecer conclusivo sobre o tema.

72. Considerando a natureza do processo de controle externo e as relações entre o Tribunal de Contas e o Poder Judiciário, é correto afirmar que:

- a) dada a natureza administrativa dos processos de controle externo, é inviável a aplicação analógica e subsidiária do Código de Processo Civil no âmbito dos recursos perante o Tribunal de Contas.
- b) contra as decisões dos tribunais de contas, são cabíveis recursos administrativos direcionados ao próprio Tribunal e, em última instância, ao Poder Judiciário.
- c) o Poder Judiciário, ao exercer o controle sobre as decisões dos tribunais de contas, busca restabelecer a legalidade, invalidando a decisão por ilegalidade grave ou modificando o mérito da decisão de julgamento das contas.
- d) a decisão do Tribunal de Contas não faz coisa julgada formal, uma vez que é passível de revisão em processo próprio, perante o Poder Judiciário.
- e) o controle judicial sobre as decisões dos tribunais de contas ocorre mediante ação autônoma daquela que tramita no Tribunal, realizada por meio de mandado de segurança ou ação ordinária.

73. A empresa estatal Alfa foi instituída com recursos da União e do estado de Goiás. Após as devidas negociações, ficou acertado que a União contribuiria com 49% do capital da entidade, enquanto o estado de Goiás contribuiria com 51%, tendo, assim, o controle acionário.

Alguns anos após a constituição, o Tribunal de Contas da União – TCU julgou tomada de contas especial, considerando que o gestor da empresa estatal Alfa não lhe prestou contas. Em resposta, o gestor informou que prestou contas ao TCE-GO, uma vez que a empresa estatal Alfa não estava sujeita à jurisdição do TCU.

Considerando a jurisprudência do STF, a resposta do gestor está:

- a) incorreta, uma vez que a empresa estatal Alfa se encontra sujeita à jurisdição do TCU e do TCE-GO, na medida da contribuição de cada ente Federativo para a formação do capital da entidade.
- b) correta, pois se trata de matéria de autonomia federativa, uma vez que a União não pode adotar medidas invasivas sobre órgãos, entidades ou sociedades sob o controle de poder público de outro ente da Federação.
- c) correta em partes, pois o TCU não poderia instaurar tomada de contas especial, mas poderia julgar as contas ordinárias, em relação ao capital da União.
- d) correta, pois o TCU não exerce jurisdição sobre empresas públicas e sociedades de economia mista.
- e) incorreta, uma vez que o TCU, como Entidade Fiscalizadora Superior, pode exercer o controle sobre empresas estatais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

74. A respeito das competências dos órgãos que compõem a estrutura do Tribunal de Contas de Goiás, pode-se afirmar que:

- a) ao Corregedor-Geral compete o exercício das atividades correcionais, devendo relatar os processos administrativos disciplinares, aplicando sanções administrativas cabíveis, desde que observado o contraditório e a ampla defesa.
- b) compete ao Plenário deliberar sobre todos os assuntos que entender urgentes, ainda que da competência ordinária das Câmaras.
- c) as câmaras são competentes para julgar prestação e tomada de contas, salvo quando se tratar de tomada de contas especial.
- d) o Presidente do TCE é competente para emitir votos no caso de desempate, em processo submetido ao Plenário, mas não é competente para votar nas eleições.
- e) o Vice-Presidente do TCE deverá suceder o Presidente, em caso de vacância deste cargo, a qualquer momento.

75. O TCU possui diversas competências próprias e privativas, definidas no texto constitucional e aplicáveis, por simetria, aos demais tribunais de contas. Uma delas é a aplicação de multa proporcional ao dano causado ao erário. Sobre esse tema, pode-se afirmar que:

- a) a aplicação de penalidades independe de previsão em lei, uma vez que o seu fundamento se encontra diretamente na Constituição Federal.
- b) o TCU somente poderá aplicar a sanção de multa proporcional ao dano, por expressa determinação constitucional.
- c) por não se tratar de órgão jurisdicional, o TCU poderá aplicar sanções sem observar o devido processo legal.
- d) a competência sancionatória do TCU se submete ao controle do Poder Legislativo, titular do controle externo.
- e) a decisão que aplicar a multa terá eficácia de título executivo extrajudicial.

76. Considerando a jurisprudência do STF, marque a opção correta:

- a) o Tribunal de Contas da União, órgão sem função jurisdicional, não pode declarar a inconstitucionalidade de lei federal com efeitos erga omnes e vinculantes no âmbito de toda a Administração Pública Federal.
- b) é constitucional norma local que estabeleça a competência do tribunal de contas para realizar exame prévio de validade de contratos firmados com o poder público.
- c) a Comissão Mista de Orçamento deverá julgar as contas do Presidente da República, no prazo de sessenta dias, a contar do recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas da União.
- d) a sustação de contratos administrativos poderá ser determinada diretamente pelo Tribunal de Contas da União, no caso de descumprimento de determinações.
- e) o Tribunal de Contas poderá determinar a quebra do sigilo bancário de operações de crédito firmadas por bancos estatais com recursos públicos.

77. Considerando as súmulas e teses do STF, marque a opção correta:

- a) No Tribunal de Contas Estadual, composto por sete conselheiros, cinco devem ser escolhidos pela Assembleia Legislativa, cabendo ao governados a escolha das demais vagas.
- b) A competência técnica do Tribunal de Contas do Estado, ao negar registro de admissão de pessoal, somente pode ser revista mediante decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- c) O parecer técnico elaborado pelo Tribunal de Contas tem natureza meramente opinativa, competindo exclusivamente à Câmara de Vereadores o julgamento das contas anuais do Chefe do Poder Executivo local, aplicando-se o julgamento ficto das contas por decurso de prazo quando a Câmara não realizar o julgamento no prazo de sessenta dias, contados do recebimento.
- d) O Município prejudicado é o legitimado para a execução de crédito decorrente de multa aplicada por Tribunal de Contas estadual a agente público municipal, em razão de danos causados ao erário municipal.
- e) Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da concessão do benefício pelo órgão do servidor.

78. Jorge é titular de unidade técnica do Tribunal de Contas de Goiás e recebeu um processo que demandaria vários meses de trabalho. O tema da fiscalização é complexo e diversos órgãos e entidades deverão ser visitados, in loco, para que seja possível emitir conclusões. Por isso, para viabilizar o planejamento, propôs corretamente a realização de:

- a) levantamento, como instrumento hábil para conhecer os programas que serão fiscalizados e avaliar a viabilidade da fiscalização, prescindindo de plano de fiscalização.
- b) auditoria, que é o instrumento adotado no controle de temas complexos, somente podendo ser realizada mediante previsão no plano anual de fiscalização.
- c) inspeção, para suprir as lacunas e omissões necessárias para o planejamento de novas fiscalizações.
- d) acompanhamento ou monitoramento, que servem para acompanhar os programas e os resultados das decisões do TCU.
- e) levantamento, que serve para esclarecer dúvidas e suprir omissões e lacunas, mas que somente poderá ser realizado se houver previsão no plano de fiscalização.

79. João foi responsabilizado pelo Tribunal de Contas do Estado pelo cometimento de irregularidades em sua gestão, em processo de contas. Contudo, a forma de cálculo do débito que lhe foi imputado não foi apresentada pelo Tribunal, sendo ainda que algumas disposições da decisão da Corte aparentavam contradição.

Nesse caso, será cabível:

- a) a interposição de recurso de reconsideração, desde que a decisão seja de Câmara do Tribunal.
- b) a apresentação de recurso de revisão, no prazo de até 30 dias.
- c) a apresentação de pedido de reexame, contra a decisão final do Pleno.
- d) a oposição de embargos de declaração, com o objetivo de resolver a obscuridade, omissão e contradição na decisão da Corte.
- e) qualquer instrumento de recurso, uma vez que deverá prevalecer o duplo grau de jurisdição.

TÉCNICO DE AUDITORIA

Guilherme Santanna

80. Em relação à fiscalização contábil, financeira e orçamentária, julgue os itens a seguir:

- I. Compete ao Tribunal de Contas da União, no exercício do controle externo, exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- II. Compete ao Tribunal de Contas da União, no exercício do controle interno, apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
- III. É finalidade do Sistema de Controle Interno de cada Poder comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

Estão corretos apenas os itens.

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) I e III.

81. Analise os itens a seguir:

- I. Risco de amostragem é o risco de que a conclusão do auditor, com base em amostra, pudesse ser diferente se toda a população fosse sujeita ao mesmo procedimento de auditoria.
- II. Distorção tolerável é um valor monetário definido pelo auditor para obter um nível apropriado de segurança de que esse valor monetário seja excedido pela distorção real na população.
- III. Ao definir uma amostra de auditoria, o auditor deve considerar a finalidade do procedimento de auditoria e as características da população da qual será retirada a amostra.

Estão corretos o(s) item(ns)

- a) I e III
- b) I e II
- c) II e III
- d) Apenas I
- e) Apenas II

82. Nos termos da NBC TI 01, fazem parte dos testes de observância:

- a) a inspeção, a observação e a reexecução
- b) a inspeção, a observação e a investigação e confirmação
- c) os testes de detalhes, a revisão analítica e a investigação e confirmação
- d) os testes de detalhes, o recálculo e a revisão analítica
- e) a revisão analítica, os testes de controle e os testes substantivos

83. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A quantidade da evidência de auditoria necessária é afetada pela avaliação do auditor dos riscos de distorção (quanto mais elevados os riscos avaliados, maior a probabilidade de que seja exigida mais evidência de auditoria) e também pela qualidade de tal evidência de auditoria (quanto maior a qualidade, menos evidência pode ser exigida). A obtenção de mais evidência de auditoria, porém, não compensa a sua má qualidade.
- b) Embora a indagação possa fornecer importante evidência de auditoria e possa produzir evidência de distorção, a indagação, sozinha, geralmente não fornece evidência de auditoria suficiente da ausência de distorção relevante no nível da afirmação nem da eficácia operacional dos controles.
- c) É mais provável que um conjunto específico de informações seja adequado para o uso por grande número de usuários e menos provável que ele esteja sujeito à influência de qualquer usuário específico se o indivíduo externo ou a organização externa o fornece para o público de graça, ou o disponibiliza para vasta gama de usuários em troca do pagamento de taxa.
- d) Um indivíduo externo ou organização externa pode, com relação a qualquer conjunto de informações específico, ser fonte de informações externa e especialista da administração ao mesmo tempo.
- e) Um indivíduo externo ou organização externa pode atuar como especialista da administração enquanto fornece um conjunto de informações específico, mas pode atuar como fonte de informações externa quando fornece um conjunto de informações diferente.

84. Nos termos das normas de auditoria, marque a seguir a alternativa CORRETA:

- a) O objetivo do auditor é preparar documentação que forneça registro suficiente e apropriado do embasamento das evidências coletadas pelo auditor.
- b) O auditor deve preparar a documentação de auditoria independentemente do tamanho e da complexidade da entidade.
- c) A documentação elaborada após a execução do trabalho de auditoria é tão precisa quanto aquela elaborada no momento em que o trabalho é executado.
- d) A documentação de auditoria é limitada aos registros elaborados pelo auditor, para fins de confirmação da autenticidade.
- e) Auditor experiente é um indivíduo (interno ou externo à firma de auditoria) que possui experiência prática de auditoria e conhecimento razoável, dentre outros, de processos e normas de auditoria.

85. Avalie os itens a seguir:

- I. O auditor independente tem responsabilidade pela opinião expressa em seu relatório de auditoria, porém essa responsabilidade é compartilhada com a auditoria interna na ocasião em que o auditor independente se utiliza de seus trabalhos.
- II. Se o auditor independente utilizou o trabalho de auditoria interna, ele deve incluir na documentação de auditoria os procedimentos executados para avaliar a adequação dos trabalhos realizados.
- III. Exemplos de trabalho da auditoria interna que podem ser utilizados pelo auditor independente incluem testes da eficácia operacional dos controles.

É correto o que se afirma somente em:

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e III
- e) II e III

86. Avalie as sentenças a seguir sobre os Objetivos Gerais do Auditor Independente:

- I. É objetivo da auditoria aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a elaboração de demonstrações contábeis em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.
- II. O auditor deve expressar opinião sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável. Como base para sua opinião, o auditor deve garantir que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorções relevantes, independente se causadas por fraude ou erro.
- III. A opinião do auditor considera as demonstrações contábeis como um todo e, portanto, o auditor não é responsável pela detecção de distorções que não sejam relevantes para as demonstrações contábeis como um todo.

Está correto o que se afirma somente em.

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e II.
- e) I e III.

87. Os auditores aprovados em concurso público para provimento de cargo efetivo no Tribunal de Contas do Estado de Goiás participaram de um curso de formação, oportunidade em que foram orientados que todo auditor deve ter avaliação crítica das evidências de auditoria e para tanto é necessário:

- I. questionar evidências de auditoria contraditórias.
- II. questionar a confiabilidade dos documentos e respostas a indagações e outras informações obtidas junto à administração e aos responsáveis pela governança.
- III. considerar a suficiência e adequação das evidências de auditoria obtidas conforme as circunstâncias.
- IV. estar alerta a circunstâncias que possam indicar possível fraude.

O auditor dotado dessas características, nos termos dos “objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com normas de auditoria”, possui

- a) julgamento razoável.
- b) julgamento suficiente.
- c) julgamento profissional.
- d) ceticismo profissional.
- e) segurança razoável.

88. O auditor responsável pela auditoria da entidade Casa das Palhas Ltda. entende ser adequado utilizar procedimento de confirmação externa. No caso em tela, o auditor deseja que a parte que confirma responda diretamente a ele, indicando se concorda ou discorda com as informações na solicitação.

Diante do exposto, o auditor deve utilizar o(a):

- a) Solicitação de confirmação positiva.
- b) Solicitação direta de confirmação
- c) Solicitação de confirmação negativa.
- d) Circularização em branco.
- e) Circularização em preto.

89. Na auditoria independente das demonstrações contábeis do exercício de 2021 de determinada empresa estatal do Governo do Estado do Tocantins, o auditor constatou que na conta de “Duplicatas a Receber”, há uma diferença de R\$ 2.222.000,00 a maior no saldo contábil. A diferença refere-se a duas duplicatas pagas, mediante cheques, por determinado cliente no mês de dezembro e depositado no mês fevereiro do ano subsequente. Em seu julgamento o Auditor considerou que as demonstrações contábeis apresentam distorções relevantes, mas não generalizadas. Assim, segundo as NBC 705, deve o Auditor

- a) emitir uma opinião adversa.
- b) emitir uma opinião com ressalva.
- c) abster-se de emitir uma opinião.
- d) emitir uma opinião pela regularidade, com recomendação.
- e) considerar o saldo da conta “Duplicatas a Receber” irregular no exercício de 2015.

LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Fabiano Pereira

90. Levando em consideração as regras previstas na Lei 8.666/1993, assinale a alternativa correta, no tocante às licitações públicas.

- a) A garantia contratual é facultativa para a prestação de serviço, mas obrigatória nas contratações de obras.
- b) A escolha de uma das garantias previstas em lei caberá ao contratado.
- c) São modalidades de garantia contratual a caução em dinheiro, o seguro-garantia e a fiança bancária, somente.
- d) Para a alienação de um armazém que sempre lhe pertenceu, a administração poderá utilizar a modalidade leilão.
- e) Os contratos para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados deverão, preferencialmente, ser celebrados através da modalidade licitatória pregão.

91. De acordo com a Lei de Licitações (Lei nº 8.666/1993), é correto afirmar que:

- a) o administrador público deve sempre optar pelo critério de julgamento do menor preço.
- b) as microempresas e as empresas de pequeno porte, na forma da lei, devem receber tratamento diferenciado, segundo as normas de licitações e contratos.
- c) segundo o princípio da isonomia, a lei de licitações veda que seja estabelecido qualquer tipo de preferência aos produtos de empresas brasileiras em detrimento dos produtos de empresas estrangeiras.
- d) os crimes nela previstos serão de ação pública condicionada à representação do órgão responsável pela licitação.
- e) caberá apelação, no prazo não superior a 10 dias, da sentença de julgamento dos crimes previstos na referida Lei.

92. Analise os itens a seguir, que versam sobre o tema licitação – Lei 8.666/1993, e aponte a afirmativa correta.

- a) A alienação de bens da Administração Pública será sempre precedida de avaliação e licitação.
- b) A licitação deve proporcionar que a Administração Pública selecione a proposta que lhe seja mais vantajosa, além de respeitar os princípios norteadores do sistema jurídico, em especial o da isonomia.
- c) As etapas da licitação podem ser decretadas como sigilosas pela Administração Pública, a exemplo do que ocorre quanto ao conteúdo das propostas.
- d) A modalidade de licitação entre interessados previamente cadastrados, convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, é denominada convite.
- e) O fato de uma empresa ser proprietária de patente de um produto que a Administração Pública deseja adquirir torna a licitação inexigível.

93. Acerca dos princípios que regem o processo licitatório na Lei 8.666/1993, pode-se afirmar:

- a) que as empresas públicas estão dispensadas de licitar.
- b) que os Estados estão sujeitos às suas respectivas leis de licitação e não ao teor da Lei 8.666/1993.
- c) que toda e qualquer contratação a ser feita pela Administração Pública exige a realização de licitação.
- d) que a licitação se destina a selecionar a proposta mais vantajosa ao interesse público e não necessariamente a de menor valor.
- e) As modalidades de licitação incluem a concorrência, a tomada de preços, o convite, o concurso, o leilão e a seleção por melhor técnica e preço.

94. Nos termos da Lei 14.133/21, a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato administrativo e de seus aditamentos e deve ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

- a) 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação e 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.
- b) 10 (dez) dias úteis, no caso de licitação e 5 (cinco) dias úteis, no caso de contratação direta.
- c) 20 (vinte) dias úteis.
- d) 30 (trinta) dias úteis, no caso de licitação e 15 (quinze) dias úteis, no caso de contratação direta.
- e) 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação e 5 (cinco) dias úteis, no caso de contratação direta.

95. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, conforme determina a Lei 14.133/21. Além disso, o processo de contratação deverá ser instruído com os seguintes documentos, exceto:

- a) estimativa de despesa;
- b) parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- c) demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- d) justificativa de preço;
- e) comprovação de idoneidade do contratado.

96. A regra geral é de que para realizar contratações a Administração Pública precisa licitar. Entretanto, existem hipóteses legais que dispensam a realização de licitação quando for inviável ou não for conveniente ou oportuna, nas hipóteses legais. Segundo o que dispõe a Lei 14.133/21, é dispensável a licitação

- a) para a contratação de serviços de publicidade e propaganda.
- b) para a contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública
- c) para a aquisição de material que só pode ser fornecido por empresa ou representante comercial exclusivo.
- d) para a aquisição de medicamentos destinados exclusivamente ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde.
- e) para objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.

97. Acerca dos contratos administrativos, nos moldes trazidos pela Lei 14.133/21, pode-se afirmar corretamente que

- a) não podem ser formalizados por prazo indeterminado.
- b) a Administração Pública designará agente que ficará responsável pela respectiva fiscalização e que não poderá ser auxiliado por terceiros.
- c) o poder de modificação unilateral do contrato constitui preceito de ordem pública.
- d) o gestor deve sempre exigir prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.
- e) o contratado pode rescindir o contrato extrajudicialmente, de forma unilateral.

REGIMENTO PRÓPRIO E REGIMENTO COMPLEMENTAR DE PREVIDÊNCIA

Rubens Mauricio

98. Em relação ao regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas as suas autarquias e fundações, podemos afirmar, exceto:

- a) Terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- b) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, por meio de lei, contribuições para custeio de regime próprio de previdência social, cobradas dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas, que poderão ter alíquotas progressivas de acordo com o valor da base de contribuição ou dos proventos de aposentadoria e de pensões.
- c) Em regra, incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.
- d) Quando houver deficit atuarial, a contribuição ordinária dos aposentados e pensionistas poderá incidir sobre o valor total dos proventos de aposentadoria e de pensões.
- e) Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão estabelecer alíquota inferior à da contribuição dos servidores da União, exceto se demonstrado que o respectivo regime próprio de previdência social não possui deficit atuarial a ser equacionado, hipótese em que a alíquota não poderá ser inferior às alíquotas aplicáveis ao Regime Geral de Previdência Social.

99. Considerando-se as normas constitucionais relativas à seguridade social dos servidores públicos, é **INCORRETO** afirmar:

- a) A contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição.
- b) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são responsáveis pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do respectivo regime próprio, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários.
- c) Serão aposentados compulsoriamente, com proventos integrais, aos 75 anos de idade, os servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações.
- d) Os proventos de aposentadoria não poderão ser inferiores ao salário-mínimo ou superiores ao limite máximo estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social, observado a opção pelo regime de previdência complementar para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo.
- e) É vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo, abrangidos todos os poderes, órgãos e entidades autárquicas e fundacionais, que serão responsáveis pelo seu financiamento, observados os critérios, os parâmetros e a natureza jurídica a serem definidos em lei complementar.

100. Possuem critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria pelo regime próprio de previdência social - RPPS, de acordo com a Constituição, os servidores nas situações abaixo, exceto:

- a) servidores com deficiência, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
- b) ocupantes do cargo de agente penitenciário.
- c) servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação.
- d) ocupantes do cargo de professor que comprovem efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.
- e) membros do poder judiciário.

Preencha o gabarito

<https://bit.ly/Simulado-TCE-GO-29-10>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
